

Ouvidoria Geral de Justiça

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Informativo da Ouvidoria Geral do TJPE

Atos normativos

Decisões judiciais

Compilado do mês de março de 2021

Diagramação

Assessoria de Comunicação Social/TJPE



OUVIDORIA
GERAL



TJPE

Artigos de interesse da classe jurídica

Confira o artigo elaborado pelo Desembargador Eduardo Sertório, Ouvidor-Geral do TJPE, sobre a Ouvidoria do TJPE. [Clique aqui.](#)

Confira o artigo elaborado por nosso Carlos Eduardo Jar e Silva, colaborador do INFO OG, sobre a Nova Lei de Custas. [Clique aqui.](#)

Confira o artigo elaborado por Lucas Euzébio de Carvalho, organizador do INFO OG, sobre o Dia das Ouvidorias. [Clique aqui.](#)

Atos normativos

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

- Atos conjuntos

ATO CONJUNTO Nº 13 DO TJPE, DE 16 DE MARÇO DE 2021

DISPÕE NOVAS MEDIDAS RESTRITIVAS À DISSEMINAÇÃO DO CONTÁGIO DO CORONAVÍRUS (COVID-19), NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- Instruções normativas conjuntas

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 1 DO TJPE, DE 1º DE MARÇO DE 2021

DISCIPLINA A UTILIZAÇÃO DO APLICATIVO DE MENSAGENS WHATSAPP NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

- Notas técnicas

NOTA TÉCNICA Nº 1 DO TJPE, DE 9 DE MARÇO DE 2021

DIVULGA ORIENTAÇÕES PARA O CORRETO RECOLHIMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E TAXA JUDICIÁRIA INCIDENTES EM CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA À LUZ DA LEI ESTADUAL Nº 17.116/2020.

- Ofícios circulares conjuntos

OFÍCIO CIRCULAR CONJUNTO Nº 20 DO TJPE, DE 2 DE MARÇO DE 2021

ORIENTAÇÕES E SOLICITAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS PARA DISPONIBILIZAÇÃO AOS REPRESENTANTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA DEFENSORIA PÚBLICA, AOS AGENTES PÚBLICOS VINCULADOS A PROCURADORIAS DE ÓRGÃOS, ADVOGADOS, PERITOS E DEMAIS AUXILIARES DA JUSTIÇA, PARTES E À POPULAÇÃO EM GERAL, NO CONTEXTO DA PANDEMIA PROVOCADA PELA COVID-19.

- Provimentos

PROVIMENTO Nº 3 DO TJPE, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021

ACRESCE AO CÓDIGO DE NORMAS DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS DE PERNAMBUCO O ART. 637-A, DISPONDO SOBRE A POSSIBILIDADE DE A DECLARAÇÃO DE NASCIMENTO SER REALIZADA POR GENITOR OU GENITORA COM DEFICIÊNCIA.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

- Recomendações

RECOMENDAÇÃO Nº 91 DO CNJ, DE 15 DE MARÇO DE 2021

RECOMENDA AOS TRIBUNAIS E MAGISTRADOS A ADOÇÃO DE MEDIDAS PREVENTIVAS ADICIONAIS À PROPAGAÇÃO DA INFECÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS E SUAS VARIANTES – COVID-19 – NO ÂMBITO DOS SISTEMAS DE JUSTIÇA PENAL E SOCIOEDUCATIVO.

PODER EXECUTIVO

GOVERNO DE PERNAMBUCO

- Decretos

DECRETO Nº 50.346 DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DE 1º DE MARÇO DE 2021

ESTABELECE NOVAS MEDIDAS RESTRITIVAS EM RELAÇÃO A ATIVIDADES SOCIAIS E ECONÔMICAS, POR PERÍODO DETERMINADO, E CONSOLIDA AS NORMAS VIGENTES, PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS.

Decisões judiciais

TRIBUNAIS SUPERIORES

- Alimentos

Mesmo preso, alimentante não fica isento de pagar pensão para filho menor, decide Terceira Turma.

O fato de a ex-cônjuge ser pessoa jovem, saudável e com diploma de ensino superior não são suficientes para afastar a necessidade de pagamento de pensão pelo ex-marido.

- Conflito de competência

Vara da infância e da juventude tem competência para julgar causas que envolvem matrícula de menores

STF entende que ação contra INSS será julgada pela Justiça comum somente se não houver Vara Federal na comarca

- Contrato de locação

Quarta Turma do STJ decide que prazo de cinco anos para denúncia vazia é contado do início da locação do imóvel

- Contratos de plano de saúde

Plano de saúde pode cobrar coparticipação após certo número de consultas e sessões de fisioterapia

Plano de saúde é condenado a pagar remédio de alto custo para conveniado

- Controle de constitucionalidade

Competência exclusiva do procurador-geral de MG para receber citação de processo é constitucional

Liminares do STF suspendem lei paraibana que veda suspensão de plano de saúde durante pandemia

Transexuais e travestis com identificação com gênero feminino poderão optar por cumprir pena em presídio feminino ou masculino, decide Barroso

- Danos extrapatrimoniais

Fraude pode gerar indenização de danos morais em favor do INSS

- Descumprimento de ordem judicial

A incidência da multa por descumprimento de ordem judicial tem como termo inicial da penalidade o momento em que se apresenta resistência injustificada nos autos

- Direitos autorais

Repetitivo definiu que Ecad pode cobrar direitos autorais por uso de música em quartos de hotel

- Direito da Criança e do Adolescente

Maioridade atual da vítima não impede aplicação de multa por descumprimento de dever dos pais

- Direitos da Personalidade

Esposa arrependida por adotar sobrenome do marido poderá retomar nome de solteira, decide Terceira Turma

- Direito Sucessório

Herdeiro não depende de registro formal da partilha do imóvel para propor extinção do condomínio

Reconhecimento de paternidade inicia prazo para anular doação a herdeiros

- Execução fiscal

Procurador da Fazenda Nacional que emite uma certidão da dívida ativa (CDA) não é proibido de, posteriormente, atuar como representante da Fazenda Nacional na execução fiscal da mesma dívida.

- *Habeas Corpus*

Policiais devem gravar autorização de morador para entrada na residência, decide Sexta Turma do STJ

- Medidas de prevenção à Covid-19

Supremo Tribunal Federal Suspende Liminar do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco que autoriza realização de cultos em igrejas

- Proteção de dados

Rede social não é obrigada a fornecer dados de todos os usuários que compartilharam conteúdo falso

- Questões processuais

STJ autoriza citação por WhatsApp desde que comprovado três elementos indutivos da autenticidade do destinatário (número do telefone, confirmação escrita e foto individual)

- Recuperação judicial

Cabe ao juízo da recuperação decidir sobre penhora do patrimônio de empresa que também enfrenta execução fiscal

Procuração para representar empresa estrangeira no Brasil pode ser questionada pela justiça.

Multa por litigância de má-fé em embargos de terceiro é encargo da massa falida, decide Quarta Turma

Incompetência tardia do juízo não invalida arrematação de imóvel.

OUTROS TRIBUNAIS

- Medidas de prevenção à Covid-19

TJPE indefere pedido do Sindicato das Academias de Pernambuco – SINDAC/PE sobre funcionamento de academias durante a vigência do Decreto Estadual nº 50.433, de 15 de março de 2021.